

Carta reivindicativa para o sector FMEE

(fabricantes de material eléctrico e electrónico)

- ✓ **Por aumentos salariais justos**
- ✓ **Reduzir as carreiras profissionais**
- ✓ **Diuturnidades para todos**
- ✓ **Melhorar as condições de trabalho**
- ✓ **Reduzir o horário de trabalho**

Mantém-se o bloqueio à negociação colectiva, o patronato pretende colocar em evidência perante os trabalhadores que os nossos sindicatos não dispõem de contratação colectiva.

É nossa orientação, inscrita nos programas de acção dos congressos, que lutar pela efectivação da negociação e lutar para ter um contrato colectivo não significa ter um qualquer contrato, mas antes a garantia de que salvaguardamos os direitos dos trabalhadores em matérias tão importantes como os horários de trabalhos, categorias profissionais e outros direitos de incidência social.

As empresas deste sector são na sua maioria multinacionais com volumes de facturação e resultados líquidos de milhões de euros. Foi assim no período mais agudo da crise e mantém-se actualmente num período de retoma da actividade económica.

Entretanto, os salários não têm crescido a um ritmo desejável, que contribua para fazer frente ao aumento do custo de vida.

Os ritmos de trabalho cada vez mais desumanos empurram para a situação de baixa milhares de trabalhadores, sem que o patronato tome medidas no sentido de prevenir o surgimento de mais casos de doenças profissionais.

Os salários têm perdido poder aquisitivo, há imposição de horários de trabalho agravados, desrespeito pelas competências profissionais e académicas dos trabalhadores. Esta é uma realidade que necessita de ser alterada.



Valorizar as carreiras profissionais

Exigimos a redução das carreiras dos operadores especializados e logística e técnicos fabris! É necessário valorizar as competências profissionais!

As carreiras profissionais do operador especializado e logística (de 9,5 anos), dos técnicos fabris (de mais de 6 anos) estão desajustadas dos avanços tecnológicos introduzidos nos processos de trabalho nas últimas décadas.

A evolução tecnológica concorreu para a simplificação dos processos de trabalho provocando uma desconformidade no tempo necessário para atingir o topo de carreira. As tarefas hoje executadas permitem alcançar competências profissionais em menos anos.

A qualificação profissional dos trabalhadores e os níveis de escolaridade registaram nos últimos anos uma evolução positiva, realidade que deverá contribuir para a melhoria na dignificação das carreiras profissionais.

Ora, o desajustamento verificado coloca em evidência uma outra realidade. A crescente precariedade, conjugada com o excessivo tempo para atingir o topo da carreira, coloca este sector de ponta da indústria na cauda da valorização profissional.

Reduzir as carreiras profissionais significa, pois, atingir o topo de carreira mais rápido e, logo, a melhoria da retribuição dos trabalhadores.

As discriminações prejudicam os trabalhadores e a melhoria da produtividade.

A ausência de atribuição de diuturnidades aos trabalhadores admitidos a partir de Janeiro de 2013, tal como o não pagamento no recurso a situações de assistência à família ou consultas médicas, geram discriminações entre trabalhadores e não contribuem para a melhoria da motivação dos trabalhadores.

Melhores condições de trabalho.

Implementar um plano de prevenção contra as doenças profissionais e acidentes de trabalho, reduzir progressivamente o tempo de trabalho.

Os ritmos de trabalho desumanos que caracterizam também uma das graves situações vividas neste sector têm contribuído para o aumento de acidentes de trabalho e de portadores de doença profissional.

Exigimos que seja respeitado o pagamento do complemento de baixa em caso de doença profissional ou acidente, de forma a garantir que as empresas assumam as suas responsabilidades perante este grave problema de saúde ocupacional.

A colocação em posto de trabalho e horários compatíveis com o estado de saúde dos trabalhadores, como forma de contribuir para uma mais rápida reparação dos danos.



Reivindicações imediatas dos trabalhadores

1 - Salários

Um aumento nunca inferior a 50 euros como mínimo para cada trabalhador.

Um subsídio de refeição no valor de 7 euros.

2 - Redução das carreiras profissionais

Operadores Especializados

A carreira profissional a observar pelos operadores especializados, considerando a realidade funcional, a prática observada na generalidade das empresas do sector:

- a) Praticante – 30 dias;
- b) Operador especializado de 3ª – 2 anos;
- c) Operador especializado de 2ª – 2 anos;
- d) Operador especializado de 1ª.

Trabalhadores técnico-fabris

Tendo presente que os trabalhadores técnico-fabris possuem certificação profissional de nível superior, reivindicamos a fixação de 5 anos para atingir o topo de progressão na carreira

3 - Prémio de Antiguidade

Eliminar a discriminação na aplicação das diuturnidades, designadamente para os trabalhadores admitidos após Janeiro de 2013;

A aplicação a todos os trabalhadores de um prémio de antiguidade na categoria, até ao máximo de 5, contando para efeitos de cálculo o momento em que o trabalhador atinge o topo de progressão.

4 - Eliminação das discriminações

O cumprimento do princípio constitucional de "salário igual para trabalho igual";

A integração no salário de todos os prémios discriminatórios e/ou não regulamentados com a intervenção e o controlo dos trabalhadores;

O cumprimento dos direitos de igualdade e de parentalidade.



5 - Contratos efectivos para os trabalhadores com vínculo precário

Todos os trabalhadores com contrato precário, que estejam a ocupar postos de trabalho permanentes, passem a contrato de trabalho efectivo.

6 - Redução do horário de trabalho

A redução progressiva dos horários de trabalho (sem diminuição da retribuição), em 30 minutos por dia, duas horas e meia por semana em 2018, sem prejuízo de horários de menor duração,

- liberta tempo para criação de emprego;
- aumenta a produtividade;
- diminui o tempo de exposição aos factores de risco, contribuindo por essa via para melhorar a prevenção dos riscos profissionais, designadamente os acidentes de trabalho e a contracção de doenças profissionais;
- permite a conciliação do tempo de trabalho com a vida pessoal e familiar, assim como a realização pessoal e a participação na vida social, cívica e cultural.

7 - Efectivação da formação profissional para todos os trabalhadores

O direito à formação profissional está consignado no Código do Trabalho, carecendo, na maioria dos casos, de aplicação efectiva nas empresas, que insistem em a considerar um custo em vez de investimento na melhoria das qualificações profissionais e académicas.

Nesse sentido, impõe-se:

- A elaboração de planos de formação, com a participação dos trabalhadores e dos seus representantes;
- 50 horas anuais de formação;
- Traduzir a aquisição de competências na valorização profissional em termos de progressão na carreira profissional.

Fevereiro de 2018

